



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0009312-29.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Geraldo Barbosa Ramos**  
 Requerido: **RENATO DO PRADO GAMA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido ao réu um imóvel no ano de 2010, mas ele não pagou o IPTU respectivo em 2011.

Alegou ainda que teve de arcar com a quitação desse débito, de sorte que almeja à condenação do réu a ressarcir-lhe o valor despendido.

O réu admitiu ter adquirido o imóvel trazido à colação, bem como salientou que o vendeu cerca de trinta dias depois.

Já os documentos de fls. 04 e 11/12 demonstram que não houve pagamento do IPTU do aludido imóvel no ano de 2011, sendo que o autor, cobrado pela Prefeitura Municipal, solveu tal obrigação.

Diante desse cenário, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

A responsabilidade pelo pagamento do imposto em pauta, relativamente ao exercício de 2011, à evidência não era do autor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Como ele já havia vendido ao réu o imóvel, este deverá responder perante o mesmo pelo ressarcimento correspondente.

Se porventura houve alguma falha, seja da Prefeitura Municipal, seja das pessoas a quem o réu transferiu o imóvel na sequência, essa matéria é estranha ao autor e não poderá gerar-lhe reflexos porque firmou relação jurídica somente com o réu.

Por outras palavras, incumbirá ao réu pelas vias próprias postular regressivamente contra quem repete o causador do problema o pagamento do que ele aqui vier a despendar, mas isso não se confunde com a obrigação de reparar o autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 291,24, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2015 (época do pagamento de fl. 04), e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**